

A ATIVIDADE DA PESCA E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES DA PESCA NO BRASIL NAS PRÁTICAS POLÍTICAS DE CARLOS DA SILVA SANTOS

THE FISHERY AND WORKERS ' RIGHTS OF FISHING IN BRAZIL IN THE PRACTICES POLICIES OF CARLOS DA SILVA SANTOS

Arilson dos Santos GOMES*

Resumo: Este trabalho visa analisar os temas referentes à atividade da pesca e aos direitos dos trabalhadores da pesca identificados na prática política de Carlos da Silva Santos. Neto de escravizados, o político desde a década de 1930 destacou-se como líder sindical. Orador de reconhecida qualidade, entre os anos de 1959 e 1974, por quatro vezes consecutivas elegeu-se deputado estadual pelo Estado do Rio Grande do Sul, perfazendo uma carreira sólida, inclusive ocupando por duas vezes o cargo de governador interino do Estado. A pesquisa efetuada por meio de fontes oficiais, cotejadas com impressos jornalísticos, permite uma dimensão dos temas propostos na agenda parlamentar defendida pelo tribuno, com destaque para o tema da atividade da pesca e dos direitos dos pescadores.

Palavras-chave: Carlos Santos; Análise discursiva; Pesca; Nova História Política; Direitos.

Abstract: This work aims to analyze what were the themes of the fishery and workers 'rights of fishing identified in the discursive trajectory of political Carlos da Silva Santos. Grandson of former slaves, since the 1930s stood out as union leader. Preacher of recognized quality, between the years 1959 and 1974 for four consecutive times was elected state deputy the state of Rio Grande do Sul, making a solid career, including occupying the position of acting governor of the state. The research conducted by official sources, collated with printed newspaper, allows a dimension of topics proposed by the parliamentary, highlighting the theme of fishing activity and the rights of fishermen.

Abstract: Carlos Santos; Discursive analysis; Fishing; New Political History; Rights.

Introdução

Carlos da Silva Santos nasceu em 1904, na cidade litorânea de Rio Grande, território de origem do Estado do Rio Grande do Sul.¹ Em sua infância, Santos conviveu com as necessidades de afirmação de uma família negra em um contexto pós-abolicionista, em que a comunidade carregava o estigma da escravidão.

A procedência familiar de Carlos Santos, no entanto, foi em Pelotas, cidade vizinha de Rio Grande, espaço em que surgiu, segundo Loner (2013), a primeira geração da família Silva Santos, constituída por dois africanos - José e Rosa - os quais, quando livres, assumiram os nomes de José da Silva Santos e Rosa da Costa Feijó. Loner (2013) constatou esses indícios

* Doutor em História - PPGH-PUCRS. Brasil. Professor da Faculdade Porto Alegrense – FAPA. Professor de História do Magistério Público - Secretaria de Educação/RS. E-mail: arilsondsg@yahoo.com.br.

por meio de investigações e cotejamento de escassas fontes, auxiliadas pelos relatos familiares mais idosos. Contudo, a pesquisadora citou as dificuldades de definição da origem de José e Rosa, se eram africanos desembarcados na cidade ou alforriados nascidos no Brasil.

Manoel Conceição da Silva, filho do casal, nascido por volta de 1831, foi carpinteiro. Em 1860, morando na cidade de São Francisco de Paula, atual Pelotas, casou-se com Maria José dos Santos, filha de Manoel Antônio de Abreu e Balbina Maria da Conceição. Manoel Conceição da Silva, avô de Carlos Santos, foi abolicionista, proprietário do Jornal “A Voz do Escravo”, fundado em 16 de janeiro de 1881, sendo muito respeitado e considerado pela sociedade local, inclusive por suas posses.

Manoel Conceição, por volta de 1884, incentivou os trabalhadores ainda escravizados a procurarem as brechas legais do sistema para tratarem de suas alforrias, tal como recorrer ao fundo de emancipação do município, buscando a intermediação de clubes com a Igreja Católica e, assim, lutando pela abolição de indivíduos negros (LONER, 2013, p. 6-13).

Manoel e Maria José tiveram dez filhos, a maioria deles sujeitos influentes no meio negro de Pelotas e no meio operário de Rio Grande, sendo as mulheres professoras de música e os homens líderes abolicionistas. José da Silva Santos, um dos filhos, mudou-se para Rio Grande, onde foi professor em sociedades operárias e líder em associações étnicas do município. Outro que mudou para Rio Grande foi Manoel Ramão Conceição dos Santos (1865-1905), pai de Carlos Santos.

Manoel Ramão tinha como ofício uma das profissões citadas pelo viajante Luccock - carpinteiro - e Saturnina Bibiana da Silva Santos, a mãe, era professora de música e organista da Igreja Matriz de São Pedro (CLEMENTE; BARBOSA, 1994, p.12), profissões comuns entre os Silva Santos. Outro ponto a destacar sobre as relações da família foi a aproximação com a igreja, tanto para professar a fé quanto para a negociação política. Seria essa relação uma estratégia de sobrevivência?

As informações quanto à profissão de seu pai e de sua mãe demonstram que Carlos Santos era oriundo de um núcleo familiar estruturado e protagonista na mediação política a favor das comunidades negras durante e após a escravidão, ocorrida em Pelotas no ano de 1884. Essa condição, próxima à igreja, somada às técnicas laborais e à participação associativa, em contraste com a maior parte da população negra - que após a liberdade permaneceu sem a assistência social-, fez a diferença para a manutenção material da família.

Profissionalmente, na função de caldeireiro,² Carlos Santos trabalhou em estaleiros navais e, em face de seus talentos oratórios, tornou-se líder sindical, além de integrar associações étnicas (LONER, 2013). Entre 1935 e 1937, assumiu como deputado classista,

representando os operários de Rio Grande na Assembleia Legislativa do Estado, em Porto Alegre.³ Durante sua permanência como classista, fundou sindicatos em diversas cidades do Rio Grande do Sul e participou de congressos trabalhistas no Rio de Janeiro.

Com o decreto do Estado Novo (1937), retornou a sua terra natal para trabalhar na função de delegado escolar na Escola Lemos Júnior, onde passou a cuidar do cotidiano administrativo da instituição escolar. Lá acompanhou os desfechos da II Guerra Mundial e a capitulação das ideias nazistas, bem como as negociações de Getúlio Vargas (1882-1954) com os países beligerantes. Na ocasião, o presidente do Brasil, decidiu-se pelas ideias liberais vinculadas aos Estados Unidos da América.⁴

Com o final do Estado Novo, Santos concorreu ao parlamento sul-rio-grandense pelo Partido Social Democrático (PSD), em 1947, ficando na suplência do deputado Tarso de Moraes Dutra (1914-1983), assumindo a vaga em três ocasiões.

Com dificuldades para estudar, já que estava trabalhando desde os 11 anos de idade, em 1951, aos 46 anos, formou-se em Direito pela Faculdade de Pelotas da Universidade do Rio Grande do Sul.⁵ Nesse mesmo ano, Getúlio Vargas, principal líder do trabalhismo, retornou como presidente eleito, até 24 de agosto de 1954, quando se suicidou.

Contudo, foi no trabalhismo que Carlos Santos encontrou campo às suas reivindicações, já que o programa político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) contemplava aspectos alusivos à harmonização das classes. Como católico fervoroso (CLEMENTE; BARBOSA, 1994), pregava o equilíbrio das relações sociais e a importância da família. O político também participou de associações étnicas e da imprensa produzida por intelectuais negros entre as décadas de 1930 e 1950 (SANTOS, 2011; GOMES, 2014).

Carlos Santos foi deputado estadual em outras quatro ocasiões. Primeiro, junto aos quadros do PTB, por duas vezes, na 40ª e 41ª legislatura (1959-62 e 1963-66) e, após o Golpe Civil-Militar, no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) por duas vezes (1966-70 e 1971-74), na 42ª e 43ª legislaturas. Foi governador interino em 1967, em duas ocasiões. De 1975 até 1982, Santos exerceu o cargo de deputado federal, perfazendo 50 anos de carreira pública. Faleceu em Porto Alegre no ano de 1989.

Tabela 1: Quantitativa de votos obtidos por Carlos Santos no Estado do RS

Ano	Disputa	Votos obtidos	Partido
1959	Deputado Estadual	8.504	PTB
1962	Deputado Estadual	6.836	PTB
1966	Deputado Estadual	13.365	MDB
1970	Deputado Estadual	17.069	MDB

Fonte: do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa

Tendo em vista a análise dos projetos políticos identificados na trajetória discursiva do deputado entre os anos de 1959 e 1974, constatou-se que Carlos Santos manteve sua ação política direcionada para os setores da pesca e aos direitos dos pescadores.

Teoria e Método

A perspectiva teórico-metodológica deste artigo aponta para a renovação da história política (RÉMOND, 2003), visto que o estudo será desenvolvido a partir da análise de discurso do parlamentar e as tensões sociais do contexto. Para Orlandi (2001, p. 10), no momento em que o sujeito diz o que diz, ele se assume como autor. Seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas e sua determinação são identificados. O sujeito é determinado pela exterioridade, pela formulação discursiva, passível de contradições. Ainda segundo a autora, tratar a questão da ideologia é criar condições teóricas e metodológicas para observá-la; é observar o funcionamento do discurso.

As fontes documentais, anais e correspondências utilizadas na elaboração desta proposta são oriundas dos acervos localizados no Memorial da Assembleia Legislativa do RS, no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, na Biblioteca Borges de Medeiros da Assembleia, na Biblioteca de Pelotas, na Biblioteca de Rio Grande e no acervo particular da família de Carlos Santos, além de uma entrevista realizada com Neiva Santos, filha do deputado.

A pesquisa histórica é realizada com investigação quantitativa e qualitativa de dados, tendo como base intervenções realizadas na Assembleia, e, ainda, informações fornecidas pelas demais fontes.

Nos últimos anos, pesquisadores da história política têm se debruçado nos acervos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, versando sobre temáticas referentes às dinâmicas e às conjunturas político-sociais a partir dos discursos dos deputados gaúchos. Torres (2004), Elmir (2005) e Heinz (2005) abordaram questões relevantes da política sul-riograndense em meio às fontes investigadas na Assembleia. Suas problemáticas, formuladas por meio de temas como democracia, autoritarismo e abertura política durante a trajetória republicana do Estado, foram importantes para a elaboração desta proposta.

Das 318 intervenções realizadas por Carlos Santos, 73 ou 22,95% foram em torno das demandas da atividade econômica da pesca e das gentes do mar (73),⁶ perfazendo uma considerável mediação política em torno dessa causa. O efeito, pelo que se pode apreender, significou uma considerável contribuição para as políticas públicas atuais de ambos os grupos, e, conseqüentemente, para os avanços de um país mais justo.

Enfatiza-se que a ação e o discurso são as formas com que os seres humanos aparecem uns aos outros. Uma vida sem discurso e sem ação é, literalmente, morta para o mundo, deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens. O agir, em seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, intervir, iniciar, começar, conduzir e, finalmente, governar, imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*) (ARENDR, 2011, p. 220-221).

Foto 1: Carlos Santos proferindo discurso.



Fonte: Revista do Globo, 1962, p. 26. Acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

O deputado foi um tradutor das demandas políticas identificadas anteriormente (BERSTEIN, 2003).⁷ Mas, que motivos levaram Carlos da Silva Santos a agir e a defender, entre outros assuntos, os interesses da atividade da pesca, bem como o direito dos trabalhadores da pesca?

A história da atividade da pesca e dos pescadores

Os pescadores são os representantes mais profundos dos “povos do mar”, constituindo-se de fundamental importância o entendimento de sua construção identitária para a compreensão das lutas políticas destes povos.

A identidade dos pescadores foi pesquisada no Brasil sob os prismas históricos, antropológicos, sociológicos e psicológicos (DIEGUES, 1983; SILVA, 1988; MALDONADO, 1994; ADOMILLI, 2002; BARBOSA, 2004; ANDREOLI, 2010; LUCAS SILVA, 2012). Esta proposta contribui no que incide nos aspectos históricos, sociológicos e, por vezes, antropológicos da trajetória, representados nas interações desses pescadores com os

demais grupos que compõem a sociedade, identificando relações sociais a partir de seu meio, com tensões e conflitos, e em suas negociações com os poderes públicos constituídos.

Não obstante, entende-se que essas relações ocorrem e carregam, além das questões materiais e objetivas, aspectos subjetivos e simbólicos, compostos por referenciais próprios de um grupo que enfrenta os desafios da natureza, já que o mar, por sua grandeza, é algo desafiador aos sentidos e às ações humanas.⁸

Segundo Sônia Regina Barbosa (2003, p.125-126):

A identidade social de pescador, ou de trabalhar na pesca, alimenta-se muito mais acentuadamente de representações sobre a especificidade dessa atividade em contrapartida aos trabalhadores da terra. Já que o segredo do mar, suas traições e perigos, a profundidade de seu desconhecimento e dificuldade de apropriação de seus recursos, o ir ao mar, não é simplesmente dirigir-se a um local de trabalho é enfrentar o desconhecido (BARBOSA *Apud* DUARTE, 1999, p. 32) (Grifo Nosso).

Embora seja uma identidade específica de uma atividade do mar, inevitavelmente ela dialoga com a terra, em uma relação constante entre dois mundos. A afirmação identitária do pescador, influenciada pela insegurança da navegação em alto mar ou - como enfatizou Maldonado (1994) - é uma afirmação de identidade moldada pelas tensões de dois mundos, a terra e o mar, sendo este último o espaço produtivo que é o referencial ideológico e espacial dos pescadores, pois é considerado de posse comum (MALDONADO, 1994, p.33). Porém, as relações com a terra perfazem a unidade histórica entre a terra e o mar.⁹

Devido a essa situação, e visando a manter a estabilidade da tripulação no bote e da comunidade em terra, mesmo com os conflitos e as tensões provocadas pelos riscos das lides marítimas, os pescadores preferem manter seus laços familiares em sua prática, inclusive por se tratar, segundo suas concepções, de um “mecanismo de proteção e coordenação de tarefas minimizando os riscos de brigas e facilitando os pactos e informando afetivamente as tomadas de decisões” (MALDONADO, 1994, p.56), o que, em última instância, reforçava os laços de solidariedade dos pescadores.

Outra situação que merece destaque é a temporalidade desses sujeitos, articulado com os meios naturais. O tempo e espaço em que se expressam esses trabalhadores são construídos dos recursos e dos imperativos do meio natural, com que interagem, atualizam e reproduzem sua vida social. Regulado pela natureza, o tempo era medido pelas marés, tempo das chuvas ou estiagem (MALDONADO, 1994, P. 39; SILVA, 2001, P.209).

Em nossa pesquisa a identidade desses pescadores passa a ser pensada principalmente pelo viés político, por meio de sua asseveração a partir de seu ofício na cobrança de seus

direitos materiais junto às instituições. Ou seja, a identidade dos pescadores e dos “povos do mar” em face das suas relações políticas.¹⁰

Os direitos dos trabalhadores da pesca no Brasil

Salienta-se que os pescadores organizados reivindicaram melhorias em sua situação social. Em 1941, um grupo de jangadeiros realizou uma viagem histórica. Com a pequena jangada São Pedro, saíram de Fortaleza rumo ao Rio de Janeiro, na época, Capital Federal. Os jangadeiros Raimundo Lima, o Tatá, mestre Jerônimo, Manoel Preto e Manuel, o Jacaré, partiram no dia 14 de setembro daquele ano para a “cidade maravilhosa” (NEVES, 2007). Essa viagem foi realizada no intuito de questionarem as instituições autoritárias que, no Estado Novo, controlavam a atividade pesqueira no Brasil.

Os pescadores exigiam direitos para a categoria e autonomia para decidir sobre quem dirigiria a Colônia de Pesca da região. A jangada São Pedro viajou 61 dias até o Rio de Janeiro, havendo recepção realizada pelo chefe maior do Brasil, Getúlio Vargas. Na ocasião, o grupo conquistou do então presidente a promessa de incorporação de sua classe ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), bem como as suas participações na escolha de seu representante na Colônia de Pesca.

Dez anos mais tarde, em 1951, novamente o grupo saiu de Fortaleza para uma viagem mais longa, desta vez sem Manuel, o Jacaré, que falecera no ano seguinte à primeira viagem. A bordo da jangada Nossa Senhora da Assunção estavam o mestre Jerônimo (com 52 anos), o sexagenário Raimundo Lima, o Tatá (com 62 anos), e Manoel Preto (com 49 anos), os quais adentraram-se pelo oceano para reivindicar a concretização das demandas prometidas (REVISTA DO GLOBO, 1952. Acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa).

No contexto de abertura política com o fim do Estado Novo, levaram na bagagem, além dos apetrechos necessários à tão longa e arriscada travessia, memoriais contendo reivindicações da classe, que ainda não tinham sido institucionalizadas. Os pescadores seguiram pelo litoral brasileiro rumo ao Rio Grande do Sul. Mas, como disse o mestre Jerônimo a um jornalista da imprensa porto-alegrense, não vinham pedir nada de novo, apenas cobrar, nesse contexto de abertura política, o cumprimento das promessas feitas no berço, como eles afirmavam, do “trabalhismo” (REVISTA DO GLOBO, 1952, p. 37. Acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa).

Nessa aventura, levaram 127 dias para chegar a Porto Alegre e navegaram quatro mil quilômetros. Na capital gaúcha, foram recebidos com festa pela população, sendo a jangada

Nossa Senhora da Assunção, após a façanha, doada ao Museu Júlio de Castilhos para exposição.¹¹

Fotos 2 e 3 – Populares porto-alegrenses recebendo as jangadeiros cearenses



Fonte: Revista do Globo, n. 556, 15 de mar. de 1952, p. 34-37. Acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

Carlos Santos, ciente dessas reivindicações, tempos depois, fez pronunciamentos sobre as cobranças desses trabalhadores no plenário sul-rio-grandense, homenageando Mestre Jerônimo, que faleceu pobre e esquecido pelo governo brasileiro (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, nov. 1965, v. 119, p. 226).

Segundo Carlos Santos, da tribuna:

Os jornais de ontem abriram as colunas para o comovido destaque do desaparecimento de Mestre Jerônimo, o velho jangadeiro dos verdes mares de Iracema. É o desfecho cruel daquela homérica porfia que o rude pescador ao longo de sua legendária existência, contra as ondas indômitas e bravias que sempre se curvaram diante da grandeza incomensurável do fabuloso titã, mas que sobre ele, no entanto, exerciam incoercível fascínio [...] (grifo nosso).¹²

A forma mais usual de esses grupos solicitarem a mediação de Carlos Santos era por meio de correspondências (COSTA, 2013). O deputado respondia todas as cartas enviadas para o seu gabinete.

Produzindo ideologias (GRAMSCI, 1980) e representando essas questões sociais, o político teve participação na elaboração sistemática de projetos nos espaços de poder, por meio de uma agenda extensa que contemplou as reivindicações desses grupos sociais na Assembleia Legislativa.

Carlos Santos era rio-grandino, região de intensa atividade pesqueira. Essa *equação*, (arrisca-se a realçar o referido termo) é condição *sine qua non* para a interpretação dessa

narrativa histórica, denotando expressividade identitária ao político pesquisado, já que era cerceado por valores, crenças e códigos dos grupos defendidos (GOMES, 2013).

No próximo item, serão problematizados os discursos, bem como os projetos políticos defendidos pelo parlamentar na Assembleia Legislativa rio-grandense, durante os quatro mandatos consecutivos exercidos por Santos como deputado estadual.

Análise das práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974)

A partir de 1919, foi a Marinha a responsável pelo estabelecimento das Colônias de Pescadores e outros mecanismos de intervenção do estado no setor (SILVA, 1988). Em 1920, foi criada, também pelo estado, a Confederação dos Pescadores do Brasil como sendo o órgão que congregava todas as federações estaduais de pescadores. Para Décio Souza Cotrim (2008, p.18), “as relações instituídas entre pescadores e estado desde essa fase se caracterizavam pelo paternalismo e pelo assistencialismo. Nesse processo de conquista da confiança dos pescadores, o estado prestou serviços gratuitos em embarcações, doou redes e ofereceu serviços de saúde”. Como se observa com o tempo, os pescadores fizeram, por meio de reivindicações, valer as suas necessidades.

No Rio Grande do Sul, como representações oficiais dos pescadores, existem 16 colônias de pesca e cinco sindicatos dos pescadores. São elas:

Tabela 2 – Colônia dos Pescadores do RS

Zona	Município
Z1	Rio Grande
Z2	São João do Norte
Z3	Pelotas
Z4	Viamão (Itapuã)
Z5	Porto Alegre (Ilha da Pintada)
Z6	Venâncio Aires
Z7	Quinze de Novembro
Z8	São Lourenço do Sul
Z9	Uruguaiana
Z11	Tavares
Z12	Itaqui
Z13	Cachoeira do Sul
Z16	Santa Vitória do Palmar
Z17	Santa Maria
Z18	Ijuí
Z19	Roque Gonzáles
Z20	Estrela

Fonte: COTRIM, Décio Souza. Agroecologia, sustentabilidade e os pescadores artesanais: O caso de Tramandaí (RS). Dissertação de Mestrado PGDR – UFRGS, 2008.

<
http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/teses/Agroecologia,_sustentabilidade_e_os_pescadores_artesanais.pdf> Acesso 01 out.2012.

Além dessas Zonas, atualmente, permanecem os Sindicatos dos Pescadores de Pelotas, Jaguarão, Torres, São Jerônimo e Tramandaí (COTRIM, 2008, p.19).

Carlos Santos defendeu sistematicamente as Zonas Z1 e Z2. A região de Rio Grande - Z1 configura-se a mais extensa e produtiva Zona de Pesca do Brasil. Caracterizando-se em um meio (eco) dinâmico específico, o trecho sul da Lagoa dos Patos, incluindo o canal de trocas com o oceano Atlântico, constitui uma preciosa área estuarina, responsável pelo extraordinário sistema ambiental lagunar marinho.

Foto 4: Imagem da Região Sul do Estado do RS, capturada por satélite.



Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?q=MAPA+DE+RIO+GRANDE+DO+RS&hl=pt->

A corrente quente do Brasil, a corrente fria das Malvinas e a embocadura da Lagoa dos Patos possibilitam o desenvolvimento de rica população marinha. Não obstante, os problemas do desenvolvimento da indústria da pesca, na Zona Sul do estado, decorriam da “frota de captura tecnologicamente atrasada, esforço de pesca não dimensionado à capacidade de renovação das populações marinhas e importação de matéria prima” (VIEIRA, RANGEL, 1993, p.87).

Outra zona, São José do Norte, conhecida como maior produtora de cebolas do Brasil, tem uma origem da população açoriana, predominantemente de origem rural. No limite da Laguna dos Patos, existem pequenas vilas que se alimentam principalmente de camarão. Nessas vilas, os pescadores e os agricultores trocam de produção, sendo inexistente uma

agricultura produtiva em virtude das dunas. Atualmente, o município ainda depende da balsa como meio de transporte, carecendo de infraestrutura e vivendo da pesca e da cebola (FONTOURA, 1994). Para Carlos Santos, Rio Grande e São José do Norte, representadas pelas zonas de Pesca Z1 e Z2, eram cidades irmãs, já que eram limítrofes e dependiam da pesca para seu desenvolvimento econômico.

Foto 5: Capturada por satélite dos municípios de Rio Grande e de São José do Norte.



Fonte: <http://gruposcoiteiroburiti.blogspot.com.br/2011/11/rumos-do-sul-20-sao-jose-do-norte.html>. Acesso 12 out. 2012.

Em 1959, a mediação entre os interesses dos trabalhadores pesqueiros com os órgãos públicos, nas cidades de Rio Grande e São José do Norte, passou a ser realizada por Carlos Santos, que denunciou em plenário, no dia 06 de agosto:

No Rio Grande do Sul, 20% da produção de peixe é feita em barcos pesqueiros, por conta das grandes indústrias, 80% das safras resultam do trabalho individual ou das parcerias pelo sistema de parceria entre os donos dessas parcerias e os chamados “proeiros” que são os pescadores, com o pagamento pelo critério antieconômico e altamente prejudicial de vales e fornecimento de ranchos (...) (SANTOS. CORREIO DO POVO, 06 de Agosto de 1959, p.12) (Grifo Nosso).

Os povos do mar, em especial a esfera artesanal na qual, segundo Carlos Santos, estavam os maiores explorados do ramo, fora o setor trabalhista que o político mais defendeu, de maneira peremptória, durante o final dos anos de 1950 e 1960.

Ele lutava pela (re) definição do sistema que mantinha as populações locais praticamente na miséria, em prejuízo, enquanto lucravam as grandes indústrias. Vinicius Frizzo Paquotto e Lovois de Andrade (2004, p.2) afirmam que a natureza é o meio de trabalho dos pescadores artesanais que, para extrair dela as condições objetivas de sua reprodução social, desenvolveram os mais variados sistemas técnicos de captura das diferentes espécies de pescado. Dessa natureza, surgiu um sistema que pode-se analisar objetivamente, algo que, em última instância, serviria para qualificar a vida dos que dependem dessa atividade para sobreviver. Para Frizzo e Andrade (2004):

(...) um sistema, tem como componentes os diferentes tipos de pescadores, seus conhecimentos, os recursos naturais, os equipamentos e técnicas empregados na captura do pescado, as relações de trabalho etc.; sendo que necessitamos estar atentos para o fato de que a subjetividade dos atores que constituem este sistema tem um papel decisivo sobre a forma como este estará evoluindo, uma vez que conduz suas interpretações e decisões frente à realidade à qual estão expostos (...) (FRIZZO, ANDRADE, 2004, p.6).

Na realidade desses pescadores, Carlos Santos, em sua ação política, enfatizava a precariedade da vida desses trabalhadores da pesca do município de Rio Grande. Incluindo outras zonas pesqueiras, contra o descaso do governo quanto às situações das Colônias de Pesca, conforme a denúncia abaixo:

(...) Agora mesmo, a colônia Z-1 de Rio Grande nos transmite a desoladora notícia de que na sua Policlínica não existe assistência médica, farmacêutica e hospitalar (...). A colônia Z-4 de Itapuã recebe de vez em quando a visita de médico e enfermeiro, o que a rigor deveria ser obrigatoriamente ali mantido e remunerado pela União, através da Policlínica dos pescadores (...). De igual forma, a Colônia deveria transformar-se em motivo de real interesse para o pescador e sua família, através da criação de escolas profissionais e cursos de pesca (...) além de outras medidas indispensáveis a dignificação da pessoa e do trabalho do pescador (SANTOS, 06 de Agosto de 1959, p.12) (Grifo Nosso).

Carlos Santos (1959, p.12) afirmou, na época, que por direito o pescador está na faixa dos grupos profissionais atingidos pela proteção legal do trabalhador, embora não participasse das prerrogativas mínimas dessas camadas sociais. Santos informou, ao periódico *Correio do Povo*, que os municípios de Rio Grande e São José do Norte, locais das Colônias Z-1 e Z-2, tinham em torno de três mil pescadores, dos quais somente 5% estavam inscritos como associados das colônias no IAPM.¹³ Essa previdência pública foi fundada pelo Estado para a

manutenção dos trabalhadores do setor, prestando auxílios materiais e imateriais, a fim de desenvolver a garantia dos direitos da classe.

Para Carlos Santos, “deveria o Estado mediante convênio com o Ministério da Agricultura, tornar mais ampla e efetiva, no Rio Grande do Sul, a assistência ao pescador e sua família”. Segundo a proposta teórica desta pesquisa, Santos quis dizer que o Estado deveria institucionalizar, de fato, o auxílio. Santos ainda declarou, ao *Correio do Povo*, que deveria valer a já fundada, porém não institucionalizada, Lei nº 3.832, de 18 de novembro de 1941, que regulava a situação dos pescadores perante o IAPM e mantinha uma política assistencial à heroica família dos trabalhadores da pesca no Brasil, com bases fundamentadas em quatro pilares de difícil funcionamento, por falta de recursos objetivos destinados pelo Estado, quais sejam:

- 1º - Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura;
- 2º - Diretoria de Caça e Pesca com atribuição no Estado, mediante convênio;
- 3º - Policlínica dos pescadores do Ministério da Agricultura;
- 4º - Caixa de Crédito da Pesca, que é autarquia ligada ao mesmo ministério.

Certamente, ao denominar “heroica” as famílias dos trabalhadores da pesca, Carlos Santos estava ciente das reivindicações históricas dessa categoria e de que as fundações das leis, após as aventuras dos jangadeiros, pouco tinham transformado as vidas dos pescadores nacionais.

Não obstante, a realidade era outra. Mesmo com todas essas bases fundamentais de assistência, a institucionalização inexistia, situação que Carlos Santos ratificou em matéria publicada:

(...) o pescador do Rio Grande do Sul é um desajustado, um abandonado, um esquecido, em que pese à expressão eloquente da sua presença atuante no conjunto das grandes forças geradoras do progresso e do desenvolvimento econômico da nação. Objetivo de farta legislação, sua condição social, no entanto, é uma gritante, negação de tudo quanto, em matéria de assistência se reclama no bojo dos textos legais. (...) O pescador continua retratado, no fundo das suas vicissitudes, o realismo brutal de um trabalho escravo. (SANTOS, 06 de Agosto de 1959, p.12) (Grifo Nosso).

Carlos Santos, a exemplo do que fizeram os jangadeiros cearenses, guardadas as proporções de sua função política, cobrava a institucionalização da Lei nº 3.832, de 18 de novembro de 1941, que regulava a situação dos pescadores perante o IAPM. A partir dessa situação, compreende-se que o político, como membro do PTB, é o responsável pela tradução

das demandas desses trabalhadores com o estado, o que demonstra a luta dos pescadores como um movimento político-social que tencionava o poder público.

As ações dos jangadeiros pressionaram o Estado para a fundação das leis, assim como as ações de Carlos Santos. Entretanto, ele visou à institucionalização da Lei 3.832/41, para efetivamente regulamentar os direitos trabalhistas dos pescadores.

Em matéria publicada no jornal Diário de Notícias de Porto Alegre, os pescadores da Zona Sul do estado, em 1959, também cobravam melhores condições de abastecimento e providências necessárias para as melhorias das suas condições sociais. Os pescadores das Zonas: Z1 - Rio Grande, Z2 - São José do Norte e da Z3 - Pelotas, conversaram pessoalmente com Zacharias de Azevedo, delegado regional da Caixa de Crédito, exigindo comprometimento com as suas demandas.¹⁴

Desde a fundação das Delegacias de Pesca, tornaram-se comuns as reivindicações dos trabalhadores a respeito do comprometimento dos representantes enviados para coordenar as Colônias. Esse responsável, em última análise, era o próprio governo personificado na região. Esse coordenador, independentemente da sua região ou colônia, era constantemente atacado em reivindicações organizadas pelos pescadores, como se verificou nas reclamações dos jangadeiros que vieram do Ceará a Porto Alegre em 1951.¹⁵

A efetividade da Caixa de Crédito, junto aos pescadores, era fundamental para a manutenção das suas zonas. Essa situação também foi cobrada em discurso de Carlos Santos, realizado no dia 26 de outubro de 1959, conforme segue:

Hoje volto a tratar de assunto de vital importância para São José do Norte, problema de alta relevância social e econômica que constitui uma das mais sentidas aspirações daquela população, qual seja a instalação ali, de uma Agência de nosso principal estabelecimento de crédito (...) sua pecuária grandemente desenvolvida, sua produção pesqueira em escala cada vez maior, dão a São José do Norte foros de grande centro produtor (...) a ausência de qualquer agência de banco naquela comuna, obriga seus homens de comércio, seus criadores e seus agricultores à prática sempre nociva aos mais rudimentares princípios de economia, da retenção do dinheiro em espécie, não raro grandes quantias, em suas casas próprias (...) deixo aqui meu apelo aos altos quadros diretivos do Banco do Brasil para que concretize sem maior delonga a velha e justa aspiração de São José de Norte na instalação de uma agência bancária naquele município (Grifo Nosso).

A caixa de crédito seria fundamental para a preservação dos recursos financeiros dos pescadores. Porém, um espaço comercial seria necessário, pois conforme Santos:

(...) a construção ali de um Entrepasto de Pesca, obra há muito já planejada pelo governo federal com local escolhido, plantas aprovadas e verbas

indicadas, inclusive emendas no orçamento de 1960 apresentadas (...) é outro empreendimento do qual vem se ressentindo São José do Norte (...)
 Finalmente, Sr. Presidente, um posto agropecuário, velho sonho da prestimosa e operosa Associação Rural de São José do Norte é outra necessidade imperiosa daquele município, cujo alto índice de produção sobremodo aconselha a implementação ali de um sistema racional de adestramento técnico dos agricultores, dos criadores e dos pescadores, mercê de uma assistência efetiva que lhes aprimore conhecimentos e melhore os meios de produção, em função, é obvio do progresso daquela zona e maior desenvolvimento econômico de nosso Estado (Grifo Nosso).¹⁶

A falta de uma Caixa de Crédito na cidade fazia com que os pescadores guardassem, literalmente, dinheiro “debaixo do colchão”, além de prejudicar suas poupanças. Em outra ação discursiva emitida por Carlos Santos, este cobrou do governo um “entreposto” de pesca na região. Por fim, Carlos Santos pressionou por incentivos para os trabalhadores da pesca e a melhora técnica desses profissionais para a competição econômica e consequente desenvolvimento do setor.

Conforme tabela, pode-se observar que, consideravelmente, as atividades da pesca sobressaíram-se nas práticas políticas de Carlos Santos durante a sua trajetória como deputado estadual, entre 1959 e 1974.

Tabela 3 - De ordem de intervenções temáticas gerais (1959-1974)

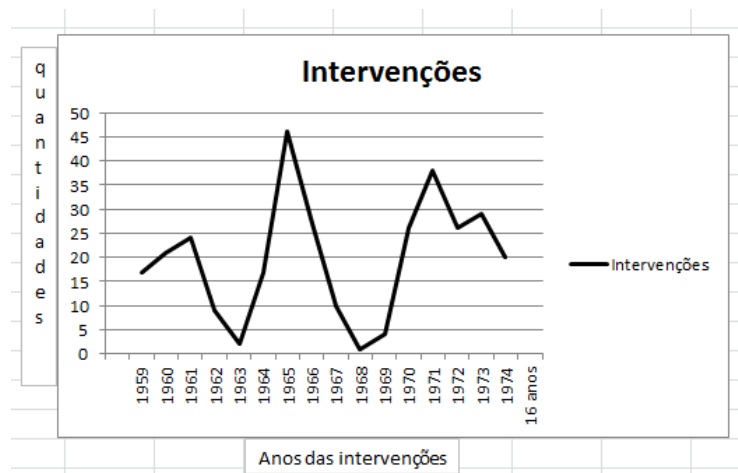
Ordem	Temática	Quantidade	Percentual
1º	Pesca	73	22,95
2º	Homenagens	65	20,75
3º	Região Sul	45	14,15
4º	Identidade negra	40	12,57
5º	Menor, Criança e Excepcional	17	5,34
5º	Católico Religioso	17	5,34
7º	Situação Política no RS e Brasil	15,5	4,87
8º	Trabalhadores Grupos e Sindicatos	14,5	4,55
9º	Educação	12	3,77
10º	Previdência do RS, IPE.	05	1,57
11º	Idoso	02	0,62
12º	Habitação	02	0,62
13º	Outros	10	3,14
	Total	318	99,92

Fonte: do autor, com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS (grifo nosso).

Cinco anos depois da eleição direta de Carlos Santos, a política nacional caracterizava-se pelo autoritarismo de um golpe civil-militar, no qual Carlos Santos novamente elegeu-se deputado federal ligado aos quadros do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Abaixo, o gráfico aponta para as oscilações das intervenções do tribuno no Parlamento, notadamente tendo no ano de 1965 o seu pico, por ocasião de suas ações de valorização da pesca.

Gráfico 1: Oscilações das intervenções de Carlos Santos (1959-1974)



Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Em 1965, ano em que o parlamentar propôs a Campanha de Valorização do Pescado, instituída pela Assembleia Legislativa, ocorreu o ápice das práticas políticas de Carlos Santos no Legislativo, conforme observado no gráfico anterior. Contudo, suas ações eram estimuladas, principalmente, para sanar os problemas dos pescadores e para o desenvolvimento da atividade da pesca como um todo, desde a estrutura, porto, indústria, estudos técnicos, consumo, habitação dos pescadores e frigoríficos - o que era visto por ele como a possibilidade de melhora econômica do Brasil, do Rio Grande do Sul e, principalmente, do município de Rio Grande, sua terra natal, localizada no Extremo Sul do Estado. Segundo Santos:

(...) a imprensa, o magistério, as instituições militares, os sindicatos de classes, as donas de casa, o povo, enfim, todos estão convocados para a campanha [...] vamos contar com os pescadores da Colônia, para ensinar o povo a comer peixe.¹⁷

Para ele, a Campanha de Valorização do pescado deveria reunir ganhos para todos, por meio do equilíbrio constante entre o capital e o trabalho. Por isso, além dos pescadores, suas práticas estiveram vinculadas aos incentivos dos setores industriais de Rio Grande, identificado em seu relacionamento com Fernando Martins Bastos (1907-1987)¹⁸ a quem, inclusive, Carlos Santos prestou homenagem da tribuna.

No dia 27 de outubro de 1965, foi decretado por Castelo Branco o Ato Institucional nº 2, instituindo o bipartidarismo no país com a criação da ARENA e do MDB. Carlos Santos, agora vinculado aos quadros do MDB, continuou a representar as demandas da pesca e de Rio Grande, por meio de possíveis negociações dentro dessa situação política, que resultaram, entre outras coisas, na institucionalização da Festa do Mar de Rio Grande.

Inclusive, nessa época (1967), enquanto presidente da Assembleia Legislativa ocupou - por duas vezes - o cargo de governador do Rio Grande do Sul, por ocasião de viagens do então chefe do executivo Walter Peracchi Barcelos (1907-1986) ao Estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro.

Porém, as intervenções de Carlos Santos se alteraram com o tempo, já que, segundo os seus discursos, os setores empresariais foram os mais beneficiados pelas políticas econômicas no contexto do regime militar, o que não ocorreu da mesma forma para o lado dos pescadores artesanais.

Em termos quantitativos, para compreender-se melhor a intensidade temática atinente ao desenvolvimento da pesca, apresenta-se a próxima tabela, em que se tem o destaque das representações do parlamentar.

Tabela 4 - De ordem discursiva sobre temas das gentes do mar (1959-1974)

Ordem	Temática	Quantidade
1º	Pescadores: artesanal/ profissional	16
2º	Estrutura da pesca: drenagem, estradas, segurança da pesca	12
3º	Porto: marítimo e comercial	09
4º	Indústria da pesca	08
5º	Estudos e escolas técnicas	07
6º	Valorização e comissão da pesca	07
7º	Festa do Mar de Rio Grande	04
8º	Consumo do peixe	04
9º	Vila dos pescadores	02
10º	Frigorífico, homenagens e sindicatos	04
Total		73

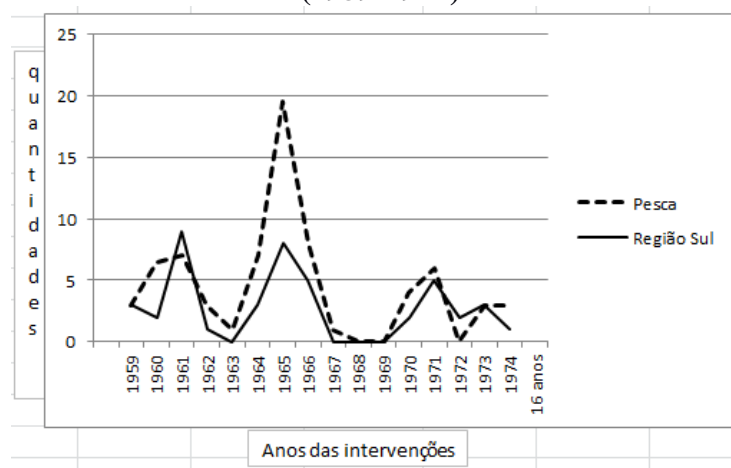
Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Sem dúvida, o parlamentar defendeu com mais força as demandas dos pescadores, porém, buscou equilibrá-las com o interesse pelo desenvolvimento da atividade da pesca como um todo. Para ele, essa prática propiciaria um desenvolvimento econômico dos pescadores, bem como do Estado.

Sua base político-trabalhista, consubstanciada por suas raízes culturais e sociais de um “papareia convicto” - alcunha de quem era nascido em Rio Grande, maior litoral do Rio Grande do Sul e local de intensa atividade pesqueira -, denota a influência dos valores das “gentes do mar” na atuação política de Carlos Santos.

Segundo o que será observado no gráfico a seguir, eram concomitantes as ações em que o político cobrou melhoras estruturais e sociais para a Região Sul do Estado (os discursos sobre a Região Sul envolveram as seguintes temáticas: manutenção e construção de estradas, desenvolvimento da agricultura da cebola e do arroz, combate à epidemia de tuberculose, construção de fontes de energia elétrica, de habitações etc.), possibilitando a seguinte consideração: para ele, a pesca somente seria desenvolvida se a região também se desenvolvesse como um todo.

Gráfico 2: Comparações sobre intervenções da pesca e da Região Sul (1959-1974)



Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Com o decorrer do tempo, houve redução das ações de Carlos Santos sobre a atividade da pesca, visto que, com os militares a indústria pesqueira passou a beneficiar empresários, pois foram concedidos incentivos fiscais, e, os pescadores ficaram praticamente na miséria. Principalmente com a criação do Decreto-Lei 221-67, instituindo a pesca como indústria de base do Brasil, foram beneficiados os empresários e tutelados os movimentos da pesca.

Outro fator motivador da diminuição das práticas políticas de Carlos Santos no tema foi a participação do representante da ARENA, Adolfo Puggina, na questão da pesca, sendo o principal integrante do partido nos órgãos executivos criados pelo Estado para o setor, como o GEDIP - Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria da Pesca. Afirma-se que a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) era o partido legitimador do regime.

Contudo, Santos, pronunciou sobre o falecimento de Raimundo Correa Lima, o Tatá de maneira afetiva e memorialística, como fez no discurso de 1965, sobre a morte de Jerônimo, ambos componentes dos raids. Em sua fala, disse que “o bravo e lendário pescador cearense que cruzou o Oceano Atlântico, morreu pobre e desamparado, tal qual mestre Jerônimo”.¹⁹ Para o tribuno, esses pescadores chamaram a atenção da opinião pública para o drama dos pescadores e de suas famílias.

O parlamentar aproveitou a situação para citar a importância do Rio Grande do Sul como maior parque pesqueiro do país, “local em que a pesca artesanal é responsável por 60% da produção” e, no mesmo tempo discursivo, criticou a SUDEPE,²⁰ por investir na indústria da pesca, mas não no pescador artesanal. Foi sua primeira crítica direta ao órgão que supervisionava a pesca no Brasil.²¹ Teria o parlamentar, em virtude da emoção, reconhecido que os órgãos beneficiavam mais aos empresários do setor do que aos pescadores artesanais?

Conforme Carlos Santos, relacionando a morte dos pescadores Jerônimo e Tatá com o desenvolvimento da pesca, falou:

Agora, seis anos depois, apesar de toda a ruidosa promoção oficial desencadeada em torno da pesca e da indústria pesqueira, num bem montado esquema publicitário voltado de modo especial para a ordenação dos incentivos fiscais morre “Tatá”, aos oitenta e três anos de idade, o último dos Titãs do legendário ciclo das jangadas dos mares verdes dos mares de Iracema (...) ele morreu como seu companheiro Jerônimo, ainda esperando o cumprimento de promessas de autoridades de várias épocas que até hoje não mandaram equipamentos e nem tornaram motorizada a pesca nas colônias do Ceará (...) (Grifo Nosso).²²

Ainda conforme Carlos Santos: “são milhares e milhares de pescadores (...) que não gozam da cobertura de incentivos concedidos aos empresários (...)”. E concluiu, enfatizando que:

Tatá, o velho lobo marinho, impávido jangadeiro do Ceará morreu velho e pobre, morreu desamparado, como derradeiro (sic) e taciturna advertência de um líder incontestes dos pescadores do país em favor da assistência e melhoria das condições sociais de sua valorosa classe e do pleno atendimento das mais justas aspirações dos trabalhadores da pesca no Brasil. (Grifo Nosso).²³

Essa intervenção é delineadora dos vínculos políticos que Carlos Santos se sentia representante. Que considerava tanto Jerônimo como Tatá, “líderes dos pescadores e de sua classe”, autênticos “lobos do mar”. Era o reconhecimento do tribuno ao legítimo e atuante movimento social dos pescadores ou movimento social das “gentes do mar” e de seus líderes

históricos. Líderes esses que, mesmo lutando desde o período do Estado Novo pelos seus direitos, passados 30 anos, os pescadores continuavam em desamparo, mesmo com as variadas políticas instauradas, inclusive pelos militares no poder que mantiveram a situação cotidiana dos pescadores artesanais difíceis.

Em seu último mandato, nota-se que outra reivindicação se evidenciou nas práticas políticas de Carlos Santos: relativa à questão do menor excepcional.

Gráfico 3: Intervenções sobre o Menor Excepcional (1959-1974)

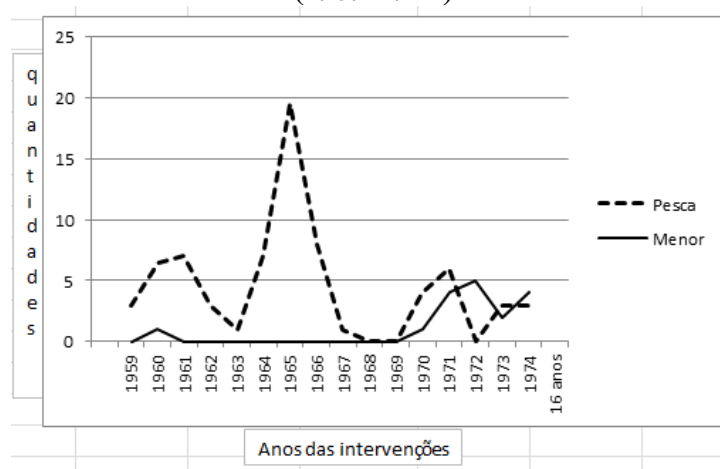


Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Conforme o gráfico acima, somente no ano de 1960 o deputado interveio a favor do menor carente. Contudo, após um silêncio compreendido entre 1961 e 1970, Carlos Santos passou a priorizar uma política de atenção ao menor com necessidades especiais, propondo a instituição, no dia 10 de outubro de 1973, com o Projeto de Lei nº 72/73, da Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional.

No próximo gráfico, pode-se observar, bem no final, a diminuição das práticas da pesca e o aumento das questões do menor deficiente.

Gráfico 4: Comparações sobre intervenções da pesca e do menor (1959-1974)



Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Em meados da década de 1970, Carlos Santos mudou de cenário, passando a defender as suas ideias na Câmara Federal, em Brasília.²⁴

Conclusão

As referências sociais e culturais em torno de Carlos Santos, - por haver nascido em uma cidade marítima e desde cedo ter trabalhado em estaleiros navais da região de Rio Grande-, seus estudos na Escola de Aprendizes da Marinha- local que jovens pobres frequentavam em busca de um futuro melhor, foram elementos constitutivos de sua identidade. Certamente, essa foi aprimorada ao escolher as representações políticas dos sindicatos dos estivadores, tudo isso antes de se tornar parlamentar, formaram os valores e as crenças do deputado.

As ações sobre a atividade econômica da pesca foram, sem sombra de dúvidas, as mais evidentes na trajetória do deputado estadual. Carlos Santos foi o principal representante dessa demanda no parlamento sul-rio-grandense, mas não o único. Essa questão foi trazida por outros deputados, como Wilmar Taborda Corrêa (MDB) e Adolfo Puggina (ARENA). Contudo, as pressões exercidas pelos jangadeiros Jacaré, Tatá e Mestre Jerônimo no Estado Novo e depois na abertura democrática, bem como as negociações agenciadas pelo pescador Nomerlaldo Teixeira dos Santos, este último ex-encarregado do Posto de Pesca de Rio Grande, que depois se tornou líder do Movimento Trabalhista Renovador (MTR) na região, assim como as ações de tantos outros pescadores, filiados a partidos políticos ou não, constituíram-se em agentes decisivos na busca de seus direitos.

Cabe lembrar que foram os próprios pescadores os primeiros a questionar sua situação social, desde a cobrança de quem seriam os escolhidos pelo governo para dirigir as colônias de pesca. Esse item é importante salientar, já que as colônias foram fundadas pela Marinha de Guerra Brasileira, como forma de tutelar os pescadores. Todavia, esses não aceitavam de maneira subserviente os desmandos da Marinha e de seus representantes. Uma das formas de os pescadores reivindicarem era por meio dos parlamentares, sendo Carlos Santos um de seus representantes mais próximos, principalmente pelo seu vínculo histórico com as “gentes do mar”.

Referências

- ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. *Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe - RS*. Mestrado em Antropologia Social pelo PPGAS - UFRGS, 2002.
- ANDREOLI, Vanessa Marion. Natureza, Tradição e Modernidade: a construção da identidade de um grupo de pescadores artesanais. *Anais do II Seminário Nacional Sociologia e Política – Tendências e desafios contemporâneos*. 15 a 17 de setembro de 200. UFPR. www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br PPGSOCIO/UFPR – PPGCP/UFPR. 2007.
- ANAIS DA ASSEMBLEIA DO RS. Porto Alegre, 1947-1974. Acervo do Memorial da Assembleia Legislativa, Porto Alegre, RS.
- ARENDETT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- BARBOSA, SÔNIA REGINA DA CAL SEIXAS. Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ. *Ambiente & Sociedade* – Vol. VII nº. 1 jan./jun. 2004. <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23539.pdf>>. Acesso em 09 de set. 2012.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- CADERNOS BRASILEIROS, *80 Anos da abolição*. Rio de Janeiro: Editora Cadernos Brasileiros, 1968.
- CANTO, Rafael Antunes do. *O cotidiano das gentes do mar no atlântico dos séculos XV e XVI e suas relações a bordo das embarcações e em terra*. Porto Alegre, UFRGS, 2012. Monografia de história. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67213/000872614.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 08 mar. 2012.
- CEZAR, Willy. *Chico Bastos o pescador*. Rio de Janeiro: Universidade Editora, 2011.
- CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Carlos Santos, uma biografia*. Porto Alegre, PUCRS, 1994.
- COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- COSTA, José Luiz Pereira da. *Entrevista* [mar. 2013]. Entrevistador: Arilson dos Santos Gomes. Porto Alegre, 2013. Transcrição de informação oral.
- COTRIM, Décio Souza. *Agroecologia, sustentabilidade e os pescadores artesanais: O caso de Tramandaí (RS)*. Dissertação de Mestrado PGDR – UFRGS, 2008.<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/teses/Agroecologia,_sustentabilidade_e_os_pescadores_artesanais.pdf> Acesso 01 out.2012.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 26 de setembro de 1959.
- DIEGUES, Antônio Carlos Santana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ed. Atlas, 1983.

ELMIR, Cláudio Pereira. *A democracia reconquistada (1983-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2005. (Os 170 anos do parlamento gaúcho, v. 4).

FERREIRA, Jorge. Ao mestre com carinho, ao discípulo com carisma: as cartas de Jango a Getúlio. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escritas de si, escritas da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. *As relações raciais do espaço agrário em São José do Norte*. Mestrado em Sociologia, PPGS – UFRGS, 1994.

GOMES, Arilson dos Santos. *A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre - RS (1931-1958)*. Porto Alegre, PPGH-PUCRS. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

_____. *O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974)*. Porto Alegre, PPGH-PUCRS. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HEINZ, Flavio M. (Org). *O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados, 1947-1982*. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do RS, 2005. (Os 170 anos do parlamento gaúcho, v. 3).

KUHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937*. Porto Alegre, PPG Sociologia UFRGS. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

_____. *Antônio: de Oliveira a Baobad. II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Anais... Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Beatriz%20Loner%20completo.pdf>>. Acesso 21 jun. 2008.

_____. *Gerações e conjunturas: a família Silva Santos*. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 6., 2013, Florianópolis. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363121657_ARQUIVO_geracoesconjunturas.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2013.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres e Mares – Espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Editora Annablume, 1994.

NEVES, Berenice Abreu de Castro. *O raid da jangada de São Pedro: pescadores, estado novo e luta por direitos*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007. 256 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

ORLANDI, Eni. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

PASQUOTTO, Vinicius Frizzo; MIGUEL, Lovois de Andrade. Pesca Artesanal e enfoque sistêmico: uma atualização necessária. *Anais do VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*. SBSP, Aracaju, 2004.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

REVISTA DO GLOBO. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso, 1929-1967.

SADER, Éder. *Um rumor de botas: ensaios sobre a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Editora Pólis, 1982.

SANTOS, Carlos da Silva. *A predestinação do direito*. Rio Grande: Tipografia Leão XIII, 1951.

- _____. *Sucata*. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937.
- SANTOS, José Antônio dos. Raiou “*A Alvorada*”: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957). Rio de Janeiro, PPGH – UFF. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2000.
- SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da História*: trajetória de intelectuais na imprensa negra meridional. Porto Alegre, PPGH-PUCRS. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.
- SILVA, da. Lucas Antônio. A pesca no litoral norte do Rio Grande do Sul como modo de vida e de ser. Um estudo sobre a colônia de pescadores da Barra do João Pedro. *V Mostra de Pesquisas de Pós-Graduação*. PUCRS, 2010.
- SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)*. Papirus: Campinas, 2001.
- _____. *Os pescadores na história do Brasil*. Boa vista: Vozes, 1988.
- TORRES, Luiz Henrique. *Carlos Santos*, trajetória biográfica. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004. (Perfis parlamentares gaúchos).
- VIEIRA, Eurípides Falcão; RANGEL, Susana Salum. *Geografia Econômica do Rio Grande do Sul. Espacialidade/Temporalidade na organização econômica rio-grandense*. Porto Alegre: Sacra-Luzato, 1993.

Notas

¹ Em 1737, sob o comando do brigadeiro Silva Pais, por ser uma região em disputa, Portugal ocupou definitivamente Rio Grande, construindo uma fortaleza e uma colônia de povoamento. Em 1751, a povoação foi elevada à categoria de vila, com a instalação de uma Câmara e a definitiva institucionalização do domínio político português (TORRES, 2004; KUHN, 2011).

² O caldeireiro é o responsável por executar o traçado de peças em material de aço carbono, inox, cobre, alumínio, chapa de ferro etc.

³ Deputado classista foi uma categoria de deputado criado na Constituição brasileira de 1934 que procurou assegurar a representação dos trabalhadores no parlamento, consolidando a organização das categorias em sindicatos. Conforme o registrado no primeiro discurso de Carlos Santos como deputado classista na Assembleia em 26 de outubro de 1935, o político relacionava de maneira peculiar, a causa dos trabalhadores à situação dos negros após 1888, ano formal da libertação. Mas, para ele, a carta de alforria dos trabalhadores deveria ser na “letra e na prática” ao invés da saída do cativo para a execução do “código de trabalho”, possibilitando uma nova abolição ou como costumava dizer, “Uma segunda abolição” (SANTOS, 1937, p.36).

⁴ No campo da disputa política para enfrentar a “redemocratização”, mesmo fora do poder, Getúlio Vargas cria dois partidos, dirigidos a diferentes clientelas: o Partido Social Democrático - PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. O primeiro reunia ruralistas, banqueiros, industriais e altos administradores, e o segundo, que além de reunir representantes da burguesia urbana, se concentrava na organização da liderança trabalhista. Porém, Ferreira explica que, no Rio Grande do Sul, o PTB foi fundado exclusivamente por um grupo de sindicalistas, que, desde os anos de 1930, lutavam por leis sociais e reconhecimento político. O historiador assevera que a fundação do partido no estado, por José Vecchio, em 1945, foi o resultado das tradições que circulavam entre os próprios trabalhadores, antes e depois de 1930. O PTB, em última análise, era para ele a institucionalização do trabalhismo em um partido político. Ver SADER, Éder. *Um rumor de botas: ensaios sobre a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Editora Pólis, 1982, p. 138. (Coleção Teoria e História, 11); FERREIRA, Jorge. Ao mestre com carinho, ao discípulo com carisma: as cartas de Jango a Getúlio. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escritas de si, escritas da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 279-294.

⁵ Carlos Santos foi o orador do discurso de colação de grau de sua turma realizado no Teatro 7 de Abril da cidade de Pelotas, no dia 22 de dezembro daquele ano. Ver SANTOS, Carlos. *A predestinação do Direito*. Rio Grande: Tipografia Leão XIII, 1951. p. 1-22.

⁶ As “Gentes do mar”, em síntese são compostas por todos aqueles cuja sua existência “depende do mar, como construtores e fornecedores de gêneros aos navios, todos que praticam a arte da navegação na cidade e no campo, trabalham para a indústria marítima e as famílias que dependem do trabalho do marinheiro” (MOLLAT *apud* CANTO, 2012, p. 13).

⁷ Bernstein (2003, p. 60-61) ensina que a realidade vivida pertence à esfera do concreto cotidiano e o campo político, à esfera do discurso e das representações especulativas, e que não existe passarela natural entre as duas.

É nesse espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, para articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. A mediação política assume a tradução. Carlos Santos seria o tradutor político dos pensamentos das identidades dos pescadores artesanais e do grupo negro junto ao PTB, e desse, junto ao Estado.

⁸ Barbosa (2004) denomina essas acepções da identidade da pesca artesanal como “um olhar multirreferencial”.

⁹ Em terra, as relações comunitárias e a solidariedade após os fracassos da vida, perfazem, por sua vez, o universo que marca a tensão e o dinamismo entre “a terra e o mar”, relacionado ao cotidiano desses homens (Maldonado, 1994).

¹⁰ Para Canto, que analisou em relatos e diários de viagens de embarcados na Idade Média, o conceito de povos do mar, entre os séculos XV e XVI pode ser alargado nesse período, compondo-se de todos aqueles que sobrevivem das lides do mar (Canto, 2012).

¹¹ Livro Tombo 1505, inventário 03. Museu Júlio de Castilhos. “Descrição de conteúdo: A jangada Nossa Senhora da Assunção partiu da Praia do Meireles, em Fortaleza, Ceará, em outubro de 1951, e chegou à Praia de Belas, em Porto Alegre, RS, em fevereiro de 1952, percorrendo 5.000 km. A tripulação era formada pelo comandante Mestre Jerônimo André de Souza, Raimundo C. de Lima (Tatá), Manoel da Silva (Mané Preto), João Batista Pereira (Trinta e Um) e Manoel Frade. Nas etapas finais tomou parte o jornalista Vinícius Lima. Raide realizado pelo Sr. Stênio de Azevedo, redator do “Correio do Ceará”. A jangada e a indumentária dos jangadeiros foi entregue ao Museu Júlio de Castilhos por Ildo Meneguetti, prefeito de Porto Alegre, na qualidade de Presidente da Comissão Promotora de Homenagens aos Jangadeiros Nordestinos. Fevereiro de 1952.

¹² ANAIS DA ASSEMBLEIA DO RS, nov. 1965, v. 119. p. 226.

¹³ As Caixas de Aposentadoria e Pensões, instituídas pela chamada Lei Elói Chaves, de janeiro de 1923, beneficiavam poucas categorias profissionais. Após a Revolução de 1930, o novo Ministério do Trabalho incorporou-as e passou a tomar providências para que essa garantia trabalhista fosse estendida a um número significativo de trabalhadores. Dessa forma, foi criado o IAPM, em junho de 1933, ao qual se seguiram o dos Comerciantes (IAPC), em maio de 1934, o dos Bancários (IAPB), em julho de 1934, o dos Industriários (IAPI), em dezembro de 1936, e os de outras categorias profissionais, nos anos seguintes. Em fevereiro de 1938, foi criado o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE). A presidência desses institutos era exercida por pessoas livremente nomeadas pelo presidente da República. Ver:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>>. Acesso em 17 de ago. de 2012.

¹⁴ Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, 26 de setembro de 1959, p.03.

¹⁵ As reclamações dos jangadeiros visavam à institucionalização de suas demandas, já que, além das promessas do poder público, existiam as leis fundadas, a exemplo do IAPM que foi vista anteriormente. Conforme acusam as passagens enunciadas, os que queriam os pescadores? “O que queremos é que melhores condições de vida, tantas vezes prometidas, nos sejam dadas...”, “(...) Nosso *raid* ao Rio Grande do Sul será apenas para cobrar as promessas feitas (...) O pescador do NE vive como Deus é servido, sem amparo, sem assistência (...)”. E a reclamação mais comum era que: “os técnicos coordenadores das Delegacias da Pesca de fato entendessem do assunto da pesca” (NEVES, 2011).

¹⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 26 de outubro, p. 347.

¹⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA DO RS, out. 1965, p. 73.

¹⁸ Em meados de 1960, a tendência, motivada pelos militares, era diversificar os negócios empresariais. Por isso, o empresário Fernando Martins Bastos de Rio Grande, decidiu investir em hotéis, indústria alimentícia, pecuária, fertilizantes e outros setores. O empresário, do ramo de combustíveis, negociou com o governo militar, conquistando prestígio e poder econômico. CEZAR, Willy. *Chico Bastos o pescador*. Rio de Janeiro: Univercidade Editora, 2011.

¹⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1971. Vol. 241, p.399-400. A SUDEPE, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, foi criada pelo presidente João Goulart, nos termos de lei nº 10, de 11 de outubro do corrente ano. Foi recebida com entusiasmo por Carlos Santos, ainda filiado ao PTB. Segundo o político o órgão previa a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca, sua promoção e execução. Segundo Carlos Santos o, “grande, patriótico e corajoso objetivo da SUDEPE”. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1962, p.125.

²⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1971. Vol. 241, p.399-400.

²¹ Ibidem.

²² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1971. Vol. 241, p.400

²³ Ibidem.

²⁴ Por duas legislaturas consecutivas, vinculado ao MDB, o orador se destacou defendendo, entre outras propostas, novamente a questão da pesca, encerrando o seu mandato e a sua carreira política de cinquenta anos em 1982.

Artigo recebido em: 20/02/2015. Aprovado em: 22/03/2015.